Relato da discussão sobre a Proposta de Resolução de Justiça Climática realizada na 24ª Reunião Ordinária do CIPAM

Por solicitação da Conselheira Patrícia Boson, representante da Confederação Nacional dos Transportes, o DSisnama encaminha à Câmara Técnica de Justiça Climática, como documentação complementar, relato das discussões realizadas no CIPAM em 21/01/2025 sobre a admissibilidade e pertinência da proposta de resolução.

João Paulo Amaral (Sociedade Civil - Instituto Alana): A proposta foi apresentada no final de abril do ano anterior, após um processo longo de diálogos com a diretoria do Conama. Durante esse período, alguns pontos foram ajustados, com flexibilidade, para avançar, apesar dos desafios relacionados aos prazos e ao regimento interno. Trata-se de uma proposta simples, mas um marco importante, pois, pela primeira vez na história do Conama, foi criada uma Câmara Técnica dedicada à Justiça Climática em 2023. Até então, não havia resolução sobre o tema no Conama ou em outras áreas. A proposta foi elaborada com o apoio de mais de 60 organizações e tem como objetivo criar diretrizes claras para garantir a justiça climática. No cenário atual, com as emergências climáticas e questões de justiça social, é essencial avançar nesse tema. A criação da Câmara Técnica foi considerada um grande passo, e, com o cenário estratégico do ano, acredita-se que seria possível apresentar uma resolução na COP 30 como um marco para o Brasil.

Rodrigo Justus (Setor Empresarial - CNA): Rodrigo iniciou destacando a importância de considerar as competências do Conama, especialmente no que diz respeito ao licenciamento ambiental. O conceito de justiça climática e racismo ambiental ainda carece de uma definição legal clara no Brasil, embora haja projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e debates em outros órgãos, como o Conselho Nacional de Justiça. Além disso, há ministérios responsáveis por essas questões, mas no texto da proposta, há definições e critérios que não explicam como serão aplicados na prática. A criação da Câmara Técnica de Justiça Climática não confere ao Conama a autoridade legal para legislar sobre o tema, e não seria viável regulamentar questões como justiça climática ou racismo ambiental. Diante disso, Rodrigo se posicionou contra a continuidade da proposta.

Mário Augusto Campos (Setor Empresarial - CNI): Mário alinhou-se à posição de Rodrigo, afirmando que a proposta de resolução parecia criar um cenário similar a uma lei, sem esclarecer como seria regulamentada ou cumprida. Isso geraria insegurança jurídica, especialmente para o setor privado. Reconheceu a boa intenção de criar a Câmara Técnica de Justiça Climática, mas observou que não havia clareza sobre as competências dessa Câmara, o que poderia gerar confusão. Diante da falta de definição sobre a implementação da resolução, Mário se posicionou contra a continuidade da proposta.

Mauren Lazzaretti (Estados - MT): Mauren observou que, ao longo do tempo, várias manifestações geraram dúvidas sobre o escopo e a competência do Conama para tratar do tema. Considerou que a Consultoria Jurídica (Conjur) não havia aprofundado a avaliação de admissibilidade em relação às competências legais. Ela questionou a clareza sobre os limites do Conama, uma vez que a proposta envolve instrumentos e conceitos não definidos na Política Nacional de Mudança do Clima. Embora reconhecesse a relevância da proposta, Mauren se mostrou cética sobre o Conama ser o órgão adequado para tratá-la neste momento.

Juliana Miranda (Sociedade Civil – WWF Brasil): Juliana destacou que a justiça climática precisava ser tratada com urgência e elogiou a proposta do Instituto Alana, que traz elementos importantes, especialmente em relação à COP 30 e à Conferência Nacional do Meio Ambiente, em que a justiça climática seria um dos eixos centrais. Defendeu que o Conama deveria dar início ao debate sobre justiça climática, reconhecendo o papel importante do Conselho Nacional do Meio Ambiente e o fortalecimento desse papel pelo Supremo Tribunal Federal. Em relação à admissibilidade da proposta, Juliana acredita que todos os requisitos haviam sido atendidos e reiterou que o Conama deveria acolher a proposta para dar início ao debate.

Tobias Vieira (Sociedade Civil - Movimento Verde de Paracatu): Tobias manifestou apoio à admissibilidade da proposta, destacando que a justiça climática envolve questões históricas de racismo ambiental e desigualdade social. Ressaltou que o debate sobre admissibilidade era necessário para aprofundar a discussão nas Câmaras Técnicas, e que muitos projetos e normativos não consideram as particularidades regionais. Defendeu que o Conama deveria definir melhor os conceitos de "justiça climática" e "racismo ambiental", a fim de garantir soluções mais justas e inclusivas.

Adalberto Maluf (Governo Federal - MMA): Adalberto reforçou que a pauta incluía cinco resoluções, sendo quatro do Ministério do Meio Ambiente, abordando temas tradicionais, como a atualização do PRONAR, padrões de efluentes e autorização para supressão de vegetação. No entanto, destacou que o Brasil estava vivendo uma emergência climática e estava atualizando sua estratégia de adaptação e mitigação. Considerou que a proposta da sociedade civil, embora ambiciosa, justificava sua relevância no cenário atual. O Ministério do Meio Ambiente apoiou a admissibilidade da proposta, sugerindo que a sociedade civil aprofundasse o debate na Câmara Técnica de Justiça Climática para garantir a implementação prática da resolução.

João Paulo Capobianco (Governo Federal - MMA): João Paulo também se posicionou favoravelmente à admissibilidade da proposta, reconhecendo a centralidade da temática. Embora complexa, ele ressaltou que o Conama poderia contar com a

contribuição de diversos atores, como ministérios competentes, para ajustar a resolução. Esclareceu que a análise de admissibilidade não tratava do mérito, mas da viabilidade da proposta para discussão. Considerou que, mesmo que o formato final da resolução fosse ajustado, o debate traria importantes avanços.

Rodrigo Justus (Setor Empresarial - CNA): Rodrigo esclareceu que a análise de admissibilidade estava focada na verificação da competência do Conama para tratar do tema, sem avaliar o mérito das questões. Reforçou que o papel do Conama naquele momento era decidir se a proposta poderia ser discutida, e que a análise sobre a competência legal era essencial para prosseguir com a discussão.

Andrea Vulcanis (Estados - GO): Andrea sugeriu uma reflexão sobre a governança climática, destacando que a Lei de Mudança do Clima não inclui o Conama na estrutura de governança, atribuindo essa responsabilidade ao Comitê Interministerial e ao Fórum Brasileiro de Mudança do Clima. Alertou que isso poderia criar um problema jurídico, pois o Conama não estava respaldado pela lei para tratar da questão climática de forma detalhada, afetando a admissibilidade da proposta.

Rodrigo Rollemberg (Governo Federal - MDIC): Rodrigo Rollemberg expressou apoio à proposta, reconhecendo seu mérito, mas questionou a competência do Conama para definir conceitos como "justiça climática" e "racismo ambiental". Ponderou se os conceitos não deveriam ser definidos por meio de uma legislação formal.

Marcela Moraes (DSisnama/MMA): Marcela propôs uma reflexão sobre o papel da Conjur e da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos dentro do Conama. Destacou que a Conjur havia se posicionado favoravelmente quanto ao cumprimento dos requisitos para admissibilidade da proposta, permitindo ao Conama discutir, revisar e até reformular resoluções com a colaboração da Câmara Técnica. Ela mencionou que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos faria a verificação de constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa das propostas.

João Paulo Capobianco (Governo Federal - MMA): João Paulo finalizou sua intervenção abordando a governança climática e a estrutura do Conama. Embora o Conama tenha como função principal tratar de resoluções ambientais e de uso sustentável, ele também poderia emitir proposições e recomendações a outras instituições sobre o tema. Propôs cautela ao discutir a admissibilidade da proposta para evitar sobrecarga nas atribuições do Conama e das câmaras técnicas, sugerindo que, após as discussões, o tema fosse votado.